

Desigualdades socioeconômicas e educacionais no DF: o que dizem os dados da PDAD e do Censo Escolar?

Socio-economic and educational inequalities in the Federal District: what do the PDAD and School Census data say?

 Ana Maria Nogales Vasconcelos*
Aline Perfeito de Sousa**

Recebido em: 3 out 2024.
Aprovado em: 11 ago 2025.

Resumo: O trabalho tem como objetivo investigar as desigualdades socioeconômicas e educacionais no Distrito Federal (DF), considerando as discrepâncias entre suas regiões administrativas. A pesquisa busca identificar como essas desigualdades impactam o acesso à educação de qualidade, concentrando-se em dados recentes da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - 2021 e do Censo Escolar de 2019. A metodologia envolve uma análise comparativa entre as regiões do DF, classificadas por níveis de renda e indicadores educacionais. Foram utilizados dados do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), explorando fatores como distribuição de renda, número de matrículas e desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os resultados revelam que o Distrito Federal apresenta uma acentuada segregação socioespacial, onde as regiões de alta renda, como o Plano Piloto, oferecem melhores condições de vida e infraestrutura educacional de qualidade, refletidas nos altos indicadores de desempenho escolar. Em contrapartida, áreas periféricas de baixa renda, como Sol Nascente/Pôr do Sol e Itapoã, enfrentam grandes desafios, caracterizados por baixos níveis de escolaridade e uma infraestrutura urbana deficiente.

Palavras-chave: Desigualdades socioeconômicas. Desigualdades educacionais. Território.

Abstract: This study aims to investigate the socioeconomic and educational inequalities in the Federal District (DF), focusing on the discrepancies between its administrative regions. The research seeks to identify how these inequalities impact access to quality education, using recent data from the Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) - 2021 and the Censo Escolar 2019. The methodology involves a comparative analysis of the DF's regions, classified by income levels and educational indicators. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do DF e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) were used to explore factors such as income distribution, enrollment numbers, and performance in the Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. The results reveal that the Federal District exhibits marked socio-spatial segregation, where high-income regions, such as Plano Piloto, offer better living conditions and quality educational infrastructure, reflected in higher school performance indicators. In contrast, low-income peripheral areas, such as Sol Nascente/Pôr do Sol and Itapoã, face significant challenges, characterized by low education levels and inadequate urban infrastructure.

Keywords: Socio-economic inequalities. Educational inequalities. Territory.

*Doutora em Demografia pela Université Catholique de Louvain. Atualmente, é professora do Departamento de Estatística e professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/CEAM/UnB). Contato: nogales@unb.br

** Mestre e doutoranda em Sociedade, Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Ceam/UnB. Graduada em Pedagogia (UnB) com especialização em Políticas Educativas (Iipe/Unesco). Técnica em assuntos educacionais no Inep. Contato: alineperfeito25@gmail.com

Introdução

O Distrito Federal, com uma área de aproximadamente 5,8 km², é a unidade federativa que abriga Brasília, a capital do Brasil, fundada em 1960 pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Mais de seis décadas após sua fundação, Brasília, juntamente com as 32 regiões administrativas que compõem o Distrito Federal, possui uma população de mais de 2,8 milhões de habitantes, de acordo com o Censo 2022 (IBGE, 2022). Esta concentração resulta na maior densidade populacional entre as unidades federativas do país, com 489,06 habitantes por km², conforme dados do IBGE.

Brasília surgiu num contexto de intensificação da urbanização no Brasil, especialmente entre 1950 e 1960, período em que a população urbana do Brasil cresceu cerca de 60% devido às migrações internas, principalmente o êxodo rural. A construção da nova capital foi uma oportunidade para atrair fluxos migratórios que, de outra forma, iriam para as metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo (Vasconcelos et al., 2006).

Inicialmente planejada para abrigar entre 500 e 700 mil habitantes, a realidade demográfica de Brasília se transformou significativamente entre os anos 1970 e 1980, impulsionada principalmente pelas migrações oriundas das regiões Sudeste e Nordeste. Este influxo populacional “alterou profundamente o quadro urbano e as aspirações dos fundadores de Brasília” (Paviani, 2019), levando a uma população seis vezes maior do que a prevista inicialmente.

Com o crescimento excedente, novas localidades residenciais surgiram além do Plano Piloto, marcando um processo de expansão onde indivíduos de menor renda foram progressivamente se deslocando para as periferias, nas então chamadas cidades-satélites, hoje denominadas como Regiões Administrativas do Distrito Federal. Ribeiro e Holanda (2015, p. 38) destacam que “assim, cidade, bairros-dormitório e áreas invadidas surgiaram quase simultaneamente à criação do Plano Piloto, uma vez que este não tinha capacidade para abrigar todos os imigrantes, especialmente aqueles de menor poder aquisitivo”.

Este fenômeno de polinucleamento urbano desviou-se da visão original do urbanista Lúcio Costa, que preconizava a ordem, o racionalismo e a funcionalidade para toda a área central de Brasília e, por extensão, para o Distrito Federal (Peluso; Cidade, 2019). No entanto, já na década de 1960, emergia uma capital federal marcada por uma divisão socioespacial, com uma área central privilegiada habitada por pessoas de maior renda, em contraste com bairros periféricos dependentes, onde muitos se deslocam diariamente para o Plano Piloto em busca de emprego, frequentemente em funções de menor remuneração.

Essa dinâmica de ocupação territorial reflete um cenário de contradições: apesar de apresentar o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil (IBGE, 2010), o Distrito Federal é caracterizado por significativas disparidades socioeconômicas entre seus habitantes, evidenciadas por um Índice de Gini de 0,582, superior à média nacional de 0,518, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF, anteriormente chamado Codeplan). Portanto, o território que acolhe a capital federal revela uma acentuada desigualdade socioespacial, resultando em uma Brasília fragmentada (Paviani, 2019).

Essas desigualdades são claramente observáveis na arquitetura e infraestrutura do Plano Piloto em comparação com as demais regiões administrativas. O Plano Piloto, com seu desenho urbanístico em forma de avião concebido, por Lúcio Costa, contrasta com as variedades arquitetônicas e sociais das outras regiões, desde Brasília, com características de cidades do interior e rural, até Águas Claras, com seus arranha-céus, e áreas de intensa atividade comercial como Taguatinga. Além disso, localidades com histórias anteriores à fundação de Brasília, como Planaltina, e regiões desenvolvidas a partir de ocupações irregulares, comparáveis a favelas de grandes cidades, como a Cidade Estrutural e o Varjão, ilustram a diversidade do DF. Áreas de alto padrão, como o Lago Sul e o Lago Norte, refletem a residência da elite brasiliense.

A transferência da capital para o Centro-Oeste não apenas aumentou a população no DF, mas também estimulou o crescimento de municípios goianos e mineiros vizinhos, habitados por famílias de menor renda que dependem economicamente do Plano Piloto. Essa expansão populacional transformou Brasília em uma metrópole, ainda que, segundo Santos, ela se enquadre na categoria de metrópoles incompletas, que “se irradiam sobre um vasto espaço, mas só podem exercer a totalidade de suas funções metropolitanas com contribuições externas, tipicamente de metrópoles completas” (Santos, 2008, p. 284). A economia do Distrito Federal é predominantemente baseada em serviços, públicos e privados, com uma produção industrial e tecnológica limitada em seu impacto econômico e abastecimento populacional.

Essa “metrópole incompleta”, entrelaçada no território do Distrito Federal e seus arredores, apresenta uma tapeçaria de realidades distintas, perceptíveis ao transitar entre suas regiões. Ao mover-se de uma área para outra, pode-se sentir como se estivesse cruzando estados ou até países diferentes, um testemunho das discrepâncias socioeconômicas e educacionais dentro do próprio DF.

No âmbito educacional, o Distrito Federal ostenta indicadores que sugerem que o ensino público está entre os melhores do país. Por exemplo, o IDEB de 2019 para os anos finais do ensino fundamental foi de 5,1, colocando o DF em posição comparável a estados como

Santa Catarina e apenas inferior a São Paulo, Goiás, Ceará e Paraná. Contudo, existe uma considerável variação de desempenho entre as escolas do DF, indicando disparidades significativas na qualidade da educação oferecida nas diversas regiões.

Levando em consideração a rica diversidade socioespacial e educacional do Distrito Federal, este documento busca oferecer um panorama das suas regiões administrativas. Para isso, serão utilizados dados provenientes da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021 e do Censo Escolar de 2019. A escolha da PDAD 2021 se deve à sua atualidade, representando as estatísticas mais recentes disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Distrito Federal (IPEDF Codeplan), enquanto o Censo Escolar de 2019 é especialmente relevante por oferecer uma visão do ambiente educacional pré-pandemia de Covid-19. Esta última é particularmente importante, pois permite entender as condições educacionais antes dos desafios significativos impostos pela pandemia, que afetaram as práticas pedagógicas, as trajetórias escolares e a configuração demográfica educacional nos anos subsequentes, especialmente em 2020 e 2021.

Para discutir as principais diferenças dentro do DF de maneira integrada e acessível, a análise se concentrará em alguns aspectos das áreas socioeconômicas, demográficas e educacionais.

Contextualização socioeconômica e demoográfica

A segregação espacial em Brasília é evidente desde sua fundação (Vasconcelos *et al.*, 2006). O mapa elaborado com base nos dados da PDAD 2021, mostrado na Figura 1, revela a realidade estratificada do Distrito Federal, particularmente em termos econômicos. Nele, observa-se claramente que as regiões mais próximas ao Plano Piloto, centralizadas e marcadas em verde, são aquelas com os maiores níveis de renda. À medida que nos afastamos do centro de Brasília, emergem as áreas com menor poder aquisitivo, indicadas em azul.

Esta visualização gráfica destaca de forma evidente a concentração espacial da renda (Vasconcelos et al., 2006) e distribuição desigual da riqueza e a segregação socioeconômica dentro do território do Distrito Federal (Cabral; Yannoulas, 2021).

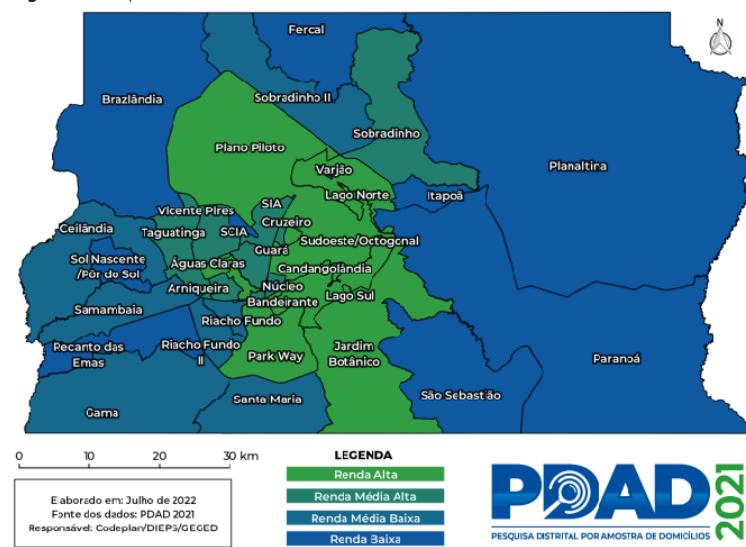
Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021, as regiões administrativas do Distrito Federal foram classificadas em quatro níveis de renda domiciliar média: alta renda (abrangendo sete Regiões Administrativas), média-alta renda (incluindo

oito Regiões Administrativas), média-baixa renda (com seis Regiões Administrativas) e baixa renda (englobando 11 Regiões Administrativas). Esta classificação destaca um aspecto notável da desigualdade socioeconômica no DF: enquanto cerca de 18% da população (aproximadamente 544 mil pessoas) reside em regiões onde a renda média domiciliar ultrapassa os 15 mil reais, em contraste, 28% (mais de 852 mil pessoas) vivem em áreas onde a renda média por domicílio é de apenas 2,8 mil reais, representando um quinto da renda das áreas mais afluente.

As regiões de maior renda incluem áreas privilegiadas como o Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Park Way, Águas Claras e Jardim Botânico. Esta distribuição de renda, concentrada nas áreas centrais, tem raízes históricas, com o Plano Piloto atuando há mais de seis décadas como um centro de oportunidades de trabalho, principalmente de empregos bem remunerados, conforme aponta Paviani (2019). Nestas regiões, a renda bruta domiciliar tende a situar-se majoritariamente acima de salários mínimos, e em alguns casos, mais de 20 salários mínimos, como a região do Lago Sul, onde mais de 60% dos domicílios possuem renda bruta acima de 20 salários mínimos.

Por outro lado, a maior parte das 11 regiões administrativas categorizadas como de baixa renda apresentam rendimentos que não excedem dois salários mínimos. A Estrutural, por exemplo, originada da congregação de catadores de materiais recicláveis do antigo lixão, tem aproximadamente 30% de seus domicílios com renda de até um salário mínimo. Similarmente, em regiões como Itapoã e Sol Nascente/Pôr do Sol, é raro encontrar domicílios com rendas superiores a cinco salários mínimos. A lista de regiões de baixa renda também inclui Brazlândia, Fercal, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, São Sebastião e Varjão, algumas das quais já estavam habitadas

Figura 1 – Mapa do Distrito Federal de acordo com o rendimento médio de 2021



Fonte: PDAD 2021 – IPEDF, 2021.

Tabela 1 – Dados demográficos por região administrativa – DF 2021

Região administrativa	Pop.	Idade média (anos)	Pop. preta ou parda %	Arranjos monoparentais (feminino) %	Pop. com 25 anos mais de idade com ensino superior completo %
Renda alta					
Águas Claras	120.107	31,6	43,6	7,8	78,4
Jardim Botânico	53.045	34,6	42,2	10	63,7
Lago Norte	37.539	38,8	38,9	6,8	72
Lago Sul	30.446	42,5	32,7	6,9	87,2
Park Way	23.081	38,7	34,3	4,1	80,5
Plano Piloto	224.848	40,3	37,4	9,6	75,7
Sudoeste/Octogonal	55.366	38,8	36,3	9,3	86,3
Renda média alta					
Arriqueira	47.045	32,9	52,7	15,6	37,3
Candangolândia	16.339	35,7	59,3	16,6	36,4
Cruzeiro	30.860	39,7	43	11,9	57,2
Guará	142.083	36,6	47,1	12,9	56,9
Núcleo Bandeirante	24.093	36,1	58,7	13,2	40
Sobradinho	73.438	36,1	60	12,1	36,5
Taguatinga	210.498	37,4	56,3	13,6	36,8
Vicente Pires	78.561	34,8	53,8	10,4	45,1
Renda média baixa					
Ceilândia	350.347	34,3	59,8	14,6	14,2
Gama	137.331	35,4	56,8	18,9	27,3
Riacho Fundo	44.464	33,9	58,2	16,3	34
Samambaia	247.629	32	61,2	14,4	28,5
Santa Maria	130.970	32,4	65,4	15,8	21,9
Sobradinho II	78.837	34,1	63	14,3	26,3
Renda baixa					
Brazlândia	55.879	32,5	69,2	17,6	21,9
Fercal	9.388	29,1	73	14,1	6,6
Itapoã	65.373	29,2	65,2	16	11,9
Paranoá	69.858	30,8	70,6	25,5	10,4
Planaltina	186.498	32,1	63,2	16,4	18,5
Recanto das Emas	133.564	31,9	66,9	18,4	16
Riacho Fundo II	72.988	30,9	68,6	14,6	16,9
São Sebastião	118.972	29	74	18	13,4
SCIA/Estrutural	37.527	27,5	75,4	17	4,6
Sol Nascente/Pôr do Sol	93.217	28,6	67,9	10,8	6,7
Varjão	8.953	29,2	70,1	20,5	13,7
DF	3.010.881	34	57,3	13,7	36,3

Fonte: PDAD 2021 – IPEDF Codeplan, 2021.

* A região administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) não foi considerada na análise por se configurar como um setor específico de produção econômica e comercial, com reduzido número de habitantes.

antes mesmo da inauguração de Brasília, enquanto outras surgiram de ocupações irregulares ou políticas habitacionais voltadas para a população de menor poder aquisitivo.

As regiões de baixa renda compartilham desafios comuns no que tange ao desenvolvimento econômico

e social, representando áreas prioritárias para a intervenção do poder público. Estas regiões são marcadas por elevados índices de vulnerabilidade social, conforme apontado pelo IPEDF, em 2020, e registram as mais altas taxas de criminalidade de acordo com dados da Secretaria

de Segurança Pública do Distrito Federal.

Adicionalmente, o panorama socioeconômico do DF é caracterizado por uma significativa parcela da população vivendo em regiões de renda média-alta e média-baixa, que juntas compreendem 14 Regiões Administrativas. Estas áreas, onde a renda média domiciliar se situa, respectivamente, em 6,8 mil e 4,4 mil reais, são habitadas por mais da metade dos moradores do DF.

À medida que o Plano Piloto de Brasília se consolidava como o núcleo central, ocupado por edifícios governamentais, residências de servidores públicos transferidos do Rio de Janeiro, políticos e indivíduos de alta renda, suas periferias começaram a ser povoadas por uma classe média emergente, buscando proximidade com as oportunidades centrais. Este processo de urbanização gerou um mosaico de aglomerados urbanos ao redor do coração da capital, abrigando hoje mais de 600 mil pessoas. A história dessas ocupações reflete uma série de dinâmicas: desde acampamentos de trabalhadores da construção civil na década de 1960, passando por realocações de acampamentos desmantelados entre os anos de 1960 e 1990, até a construção de moradias para servidores públicos nos anos 1970 e o surgimento de condomínios irregulares nas décadas de 1990 e 2000.

Apesar da expansão habitacional, a conexão com o centro de Brasília manteve-se robusta, com muitos desses residentes trabalhando no Plano Piloto, principalmente como servidores públicos e empregados do setor de comércio e serviços. Atualmente, nas regiões que circundam o

Tabela 2 – Renda domiciliar média por região administrativa – DF 2021

Região administrativa	Renda domiciliar média % (salário mínimo)			
	Até 2	Mais de 2 até 5	Mais de 5 até 10	Mais de 10
Renda alta				
Águas Claras	0	10,2	35,3	52,5
Jardim Botânico	4,7	14,6	29,6	51,1
Lago Norte	0	19,1	22,5	53,4
Lago Sul	0	0	8,2	90,3
Park Way	4,6	15,6	23,6	55,5
Plano Piloto	3,7	17,2	25,4	53,7
Sudoeste/Octogonal	0	11,9	30,4	56,8
Renda média alta				
Arnaireira	29,1	30,4	18,5	22,1
Candangolândia	15,7	48	21	9,7
Cruzeiro	8,3	23,4	28,6	32,3
Guará	11,1	27,6	38,4	17
Núcleo Bandeirante	14,8	51,4	24,7	8,3
Sobradinho	23	36,2	29,4	7,8
Taguatinga	18,5	41,1	25,3	10,9
Vicente Pires	13,5	33,2	29,2	22,3
Renda média baixa				
Ceilândia	36,9	36,6	17,2	8,8
Gama	24,5	44,2	21,9	8,2
Riacho Fundo	32,2	40,8	15,9	9
Samambaia	40,9	33,6	19,6	5,3
Santa Maria	35,7	43,9	15,3	0
Sobradinho II	37,3	44	15	0
Renda baixa				
Brazlândia	39,9	44,9	12	3,2
Fercal	60,5	34,7	4,5	0
Itapoã	54,5	40,4	(***)	0
Paranoá	52,6	36,8	8,1	0
Planaltina	51,4	35,7	9,7	0
Recanto das Emas	42	46	8,1	0
Riacho Fundo II	32,1	47,6	15,9	0
São Sebastião	50,2	42,7	6,1	0
SCIA/Estrutural	64,2	32,5	0	0
Sol Nascente/Pôr do Sol	60,8	35,7	0	0
Varjão	48,1	42,6	7,2	0
DF	28,9	32,7	19,3	19,2

Fonte: PDAD 2021 – IPEDF Codeplan, 2019.

* A região administrativa do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) não foi considerada na análise por se configurar como um setor específico de produção econômica e comercial, com reduzido número de habitantes.

(**): Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra

núcleo central, a renda domiciliar tende a variar entre 2 e 10 salários-mínimos, embora a presença de domicílios com rendas superiores a 10 salários-mínimos ainda seja significativa em áreas de renda média-alta, como no Cruzeiro, que se situa muito próximo ao Plano Piloto e adjacente ao Sudoeste/Octogonal, onde cerca de 32,3% dos domicílios se enquadram nessa faixa de renda.

Taguatinga, uma das primeiras “cidades-satélites” do Distrito Federal, fundada em 1964, destaca-se como um

importante polo populacional, atuando como um sub-centro urbano. Juntamente com Samambaia, Ceilândia e Águas Claras, Taguatinga abriga 35% da população do DF e 18% das pessoas empregadas na região, refletindo a diversidade econômica que caracteriza a periferia da capital.

As seis Regiões Administrativas classificadas na faixa de renda média-baixa do Distrito Federal têm origens diversas e foram desenvolvidas em diferentes períodos. Distanciando-se do núcleo central de Brasília, estas áreas floresceram principalmente para acomodar operários e suas famílias durante os anos 1960, atraídos pela promessa de melhores oportunidades de vida na nova capital. Além disso, muitas dessas regiões foram formalizadas através de programas habitacionais destinados a famílias de baixa renda, que anteriormente habitavam invasões ou acampamentos nas adjacências do Plano Piloto.

Ceilândia, Gama, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria e Sobradinho II, juntas, abrigam cerca de um terço da população do DF. Estrategicamente localizadas, essas regiões se estendem por pontos distintos do território distrital, muitas delas fazendo fronteira com municípios goianos, exceto Riacho Fundo que se situa mais próximo ao Plano Piloto. Os residentes destas áreas frequentemente buscam emprego no Plano Piloto ou em Taguatinga, contudo, têm observado um incremento nas oportunidades locais de trabalho, principalmente no setor de comércio e serviços, embora muitas dessas vagas sejam associadas a salários mais baixos.

A realidade econômica nestas regiões é marcada por rendas domiciliares que, em sua maioria, não ultrapassam 5 salários-mínimos. Notavelmente, em algumas áreas como Santa Maria, a proporção de domicílios vivendo com até 2 salários mínimos supera 10%. Gama destaca-se pelo maior nível de rendimento entre essas regiões, com cerca de 30% dos lares ganhando mais de 5 salários-mínimos. Em contraste, Samambaia evidencia uma disparidade social acentuada, apresentando uma grande diferença entre a parcela de domicílios com renda muito baixa e aqueles com renda superior a 10 salários-mínimos.

Este cenário destaca a intrincada transformação urbana do Distrito Federal, iluminando as distinções socioeconômicas entre suas diversas regiões. A disparidade de renda se manifesta não apenas na estrutura urbana das regiões administrativas, mas também na qualidade e no tipo de moradia disponível para a população. As áreas de alta renda, caracterizadas por sua extensa urbanização, oferecem aos residentes acesso facilitado a espaços verdes, centros comerciais, serviços de saúde e opções de lazer, contribuindo para um padrão de vida elevado. A valorização imobiliária nestas regiões coloca a posse de imóveis no Plano Piloto ou casas espaçosas no Park Way como privilégio de poucos.

Originalmente projetadas para acomodar a classe média-alta, essas regiões abrigavam inicialmente funcionários públicos de alto escalão em moradias formais, em contraste com as habitações temporárias dos trabalhadores da construção civil. Com o desenvolvimento da cidade, a realocação desses operários delineou uma Brasília que se estendia além de sua concepção inicial, evidenciando uma segregação residencial desde sua fundação.

Nestas áreas, predominam residências com poucos ocupantes, geralmente casais sem filhos ou com apenas um filho, conforme os dados da PDAD 2021 apontam. Curiosamente, a proporção de domicílios chefiados por mulheres com filhos é menor, não excedendo 10%. Por outro lado, as regiões de renda média-alta e média-baixa veem uma prevalência maior de lares monoparentais femininos, superando 10% e, em lugares como o Gama, atingindo até 18%.

As regiões de baixa renda do DF apresentam desafios significativos, caracterizados por uma infraestrutura precária e limitado acesso a serviços básicos e lazer, em cenários que lembram favelas de grandes cidades brasileiras. A Estrutural e Sol Nascente/Pôr do Sol, por exemplo, destacam-se pela densidade de suas ocupações e pela vulnerabilidade social de seus habitantes. Nessas áreas, a presença de domicílios chefiados por mulheres é notavelmente alta, com o Paranoá e o Varjão, mostrando uma significativa proporção de lares monoparentais femininos, 25,5% e 20,5%, respectivamente.

As diferenças entre as regiões administrativas também podem ser vistas pela sua composição demográfica. Nos setores mais afluentes do Distrito Federal, reside uma população predominantemente branca, com mais de 60% dos residentes acima de 25 anos possuindo educação superior. Destacam-se o Lago Sul e o Sudoeste/Octogonal, onde essa proporção supera os 80%, indicando maior escolaridade. Além disso, essas áreas tendem a abrigar uma população com uma faixa etária mais elevada, apresentando uma idade média de 37,9 anos.

Em contraste, as áreas de renda média-alta evidenciam uma composição étnica mais diversificada, com uma presença significativa de indivíduos pardos e pretos. Apesar de a educação superior ainda ser a qualificação mais comum entre os adultos, em regiões mais próximas ao Plano Piloto como o Guará e o Cruzeiro, esta proporção é maior, enquanto em Taguatinga, Candangolândia, Núcleo Bandeirante e Sobradinho, menos de 40% dos adultos possuem formação superior.

As regiões de renda média-baixa, habitadas por cerca de 990 mil pessoas, são caracterizadas por uma maioria de população preta e parda, variando de 57% no Gama a 65% em Santa Maria, e uma predominância de jovens, com a idade média situando-se em torno de 33,7 anos. Quanto à escolaridade, estas áreas mostram um perfil educacional menos favorecido em comparação com as

regiões mais ricas, com uma menor proporção de residentes com ensino superior, média de 25%.

Em um contraponto direto às áreas de maior poder econômico, as regiões de baixa renda são majoritariamente habitadas por pessoas pretas e pardas, cerca de 70%, com idades médias mais baixas, de 27,5 a 32,5 anos, evidenciando uma juventude mais presente. A escolaridade nestas áreas reflete desafios adicionais, com uma parcela significativa da população adulta apresentando níveis de educação mais baixos, onde, em média, apenas 12% da população de 25 anos ou mais de idade conclui o nível superior.

Contextualização educacional

O cenário educacional de Brasília começou a ser desenhado junto à construção da nova capital e teve como idealizador o educador Anísio Teixeira. O plano inicial previa a implementação de um sistema educacional inovador e integrado a outros setores de cultura e saúde. Nesse projeto a escola era concebida como uma “máquina da democracia” em uma cidade que estava sendo construída para funcionar como catalisadora da integração do país (Wiggers, 2023).

Assim, foi planejado, para cada superquadra residencial do Plano Piloto, a implementação de um jardim de infância, que atenderia a educação infantil, e uma escola classe para atendimento do ensino fundamental. A localização dessas unidades de ensino dentro das superquadras tinha como objetivo facilitar o acesso das crianças ao ambiente escolar, promovendo uma integração entre a vida familiar e a educação.

O propósito de Anísio Teixeira era desenvolver um sistema educacional que pudesse tornar-se referência para a nação com oferta de educação integral em tempo integral (Pereira; Taunay, 2020). Essa ideia motivou a implementação das escolas parque que ofertaria aos estudantes das escolas classes atividades culturais, esportivas e artísticas em um ambiente que incentivaria o desenvolvimento completo dos estudantes. A proposta original era que, a cada quatro superquadras, houvesse uma escola parque.

No entanto, Wiggers (2023) destaca que o projeto não evoluiu conforme idealizado. A partir dos anos 1970, o aumento das matrículas e os altos custos associados ao modelo levaram à descontinuidade do projeto. Enquanto no Plano Piloto o projeto foi interrompido, nos demais setores habitacionais do DF, ele sequer foi iniciado.

A desigualdade na implementação de escolas no DF ainda reverbera e converge junto a outras disparidades, que podem ser evidenciadas tanto pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021 quanto pelos dados do Censo Escolar.

A análise da participação escolar crianças e jovens¹ (conforme Tabela 3), segundo a PDAD, mostra que a

decisão entre se matricular em escolas públicas ou privadas é profundamente afetada pelo nível econômico das famílias. Segundo Cabral e Yannoulas (2021), a segregação socioespacial do DF impacta diretamente o atendimento escolar, perpetuando as desigualdades educacionais existentes.

Em áreas de alta renda, há um maior acesso a instituições de ensino privadas, uma tendência que se inverte nas regiões de média-baixa e baixa renda, que majoritariamente acessam a rede pública. Destaca-se o Lago Sul, com a maior taxa de matrícula em escolas privadas (83%), em contraste com a Estrutural, onde apenas 2,1% frequentam o ensino privado. Esta última, junto ao Riacho Fundo, Itapoã e Sol Nascente/Pôr do Sol, registra os mais altos percentuais de crianças e jovens fora da escola, variando de 4,3% a 7,8%.

O Plano Piloto, apesar de ser uma região de alta renda, apresenta características educacionais distintas. Uma proporção significativa de seus jovens, 35,8%, frequenta escolas públicas, o maior índice entre as regiões de alta renda. Além disso, é um polo educacional para estudantes de várias regiões, inclusive de alta renda, com muitos optando por estudar no Plano Piloto, seja em escolas públicas ou privadas.

A mobilidade de estudantes para regiões administrativas diferentes da sua é um fenômeno presente em todo o DF, abrangendo todos os estratos socioeconômicos por diversos motivos. Taguatinga, por exemplo, atrai alunos de áreas de alta renda como Águas Claras, bem como de regiões de média-baixa renda, Samambaia e Ceilândia e média-alta renda, Vicente Pires e Arriqueira, evidenciando seu apelo educacional devido à diversidade de ofertas.

Essa tendência pode refletir a prioridade das famílias por escolas com mais referência de ensino, capaz de motivar a superação de barreiras geográficas. Revela, ainda, a necessidade de expandir e aprimorar a oferta educativa em determinadas regiões. Em áreas de média-baixa renda como Gama e Ceilândia, a maioria dos estudantes frequenta escolas locais, refletindo a adequação da oferta educativa à demanda local.

Entretanto, regiões como Sobradinho II e Riacho Fundo observam um deslocamento significativo de estudantes em busca de outras oportunidades educacionais além de suas fronteiras locais. Esta movimentação sinaliza uma demanda por qualidade e infraestrutura educacional mais robustas. Similarmente, em áreas de baixa renda, tais como Sol Nascente/Pôr do Sol, Varjão, e Itapoã, a limitada disponibilidade de instituições de ensino força muitos alunos a viajarem para regiões administrativas distantes. Esse cenário implica desafios adicionais, incluindo o aumento dos custos de transporte e o tempo dispensado em deslocamentos, refletindo as barreiras físicas e financeiras que separam os estudantes de uma educação acessível e de qualidade.

Paralelamente, os dados fornecidos pelo Censo Escolar lançam luz sobre outras facetas das diferenças educacionais que permeiam as regiões administrativas do Distrito Federal. Os registros de 2019, exemplificados na Tabela 4, indicam a existência de 565 escolas sob a égide da SEDF², abarcando mais de 350 mil matrículas no ensino fundamental e ensino médio.

Ceilândia destaca-se como a região mais populosa em termos de matrículas na rede pública de ensino, com 87 escolas e 59,6 mil alunos no ensino fundamental e ensino médio. Assim como no restante do Distrito Federal (DF), os anos iniciais do ensino fundamental concentram a maior parte do público escolar. No DF como um todo, 381 escolas oferecem essa etapa de ensino, atendendo a cerca de 148 mil alunos. É importante ressaltar que em todas as regiões do DF, exceto Águas Claras, há escolas públicas que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental, o que não ocorre com as outras etapas da educação básica.

Em 2019, os anos finais do ensino fundamental no Distrito Federal contaram com 123 mil matrículas distribuídas em 191 escolas públicas estaduais. No entanto, nas áreas do Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico, Vicente Pires e Varjão, não havia escolas oferecendo essa etapa naquele ano. O Varjão, especificamente, é uma região de baixa renda do DF, onde a oferta escolar pública se limitou aos anos iniciais do ensino fundamental.

Em oito regiões do DF – Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Guará, SIA e Itapoã – o número de matrículas nos anos finais do ensino fundamental superou as matrículas nos anos

Tabela 3 – Frequência escolar da população entre 4 e 24 anos, Distrito Federal, 2021 (%)

Região Administrativa	Frequência escolar %				Frequentam a escola na própria RA %
	Sim, pública	Não, mas já frequentou	Sim, particular	Não, nunca frequentou	
Renda alta					
Águas Claras	14,2	13,9	70	(***)	61
Jardim Botânico	30,9	19,4	48,4	(***)	26,9
Lago Sul	8,3	8,4	83,1	(***)	42,2
Lago Norte	18,6	8,5	69,1	3,8	40
Park Way	4,8	14	76,2	(***)	12,1
Plano Piloto	35,8	18,8	44,3	1,1	97,1
Sudoeste/Octogonal	8,5	16,6	74,3	(***)	42,5
Renda média-alta					
Arnaireira	45,2	27,8	25	(***)	21,5
Candangolândia	59,2	25,2	13,6	(***)	50,9
Cruzeiro	38,2	20	40,4	(***)	45,1
Guará	34,3	19,3	45,2	(***)	68,2
Núcleo Bandeirante	45	31,2	22,2	(***)	68,1
Sobradinho	49,4	21,9	27,3	(***)	65,2
Taguatinga	43,3	27,2	26,1	(***)	81,5
Vicente Pires	33,6	22,3	40,3	3,8	43,4
Renda média-baixa					
Ceilândia	62	26,7	9,4	(***)	83,2
Gama	46,2	29,9	22	(***)	87,6
Riacho Fundo	42,8	29,9	19,5	7,8	62,7
Samambaia	57,8	24,7	15,4	(***)	76,8
Santa Maria	63,5	20,9	12,1	(***)	69,1
Sobradinho II	54,7	23,6	18,6	(***)	47,9
Renda baixa					
Brazlândia	59,7	20,8	18,2	(***)	74,9
Fercal	64,9	26,3	4,5	(***)	57
Itapoã	64,4	24,4	6,8	4,4	39,1
Paranoá	61,8	27	7,2	3,9	74
Planaltina	64,7	22,2	10,8	(***)	79
Recanto das Emas	59,7	27,7	10,2	(***)	75,5
Riacho Fundo II	56,7	30,9	10,4	(***)	50,1
São Sebastião	60,1	31,2	5,1	3,5	83
SCIA/Estrutural	61	32,6	2,1	4,3	63,8
Sol Nascente/Pôr do Sol	57,2	33	3,9	5,9	(***)
Varjão	65,9	24,9	6,8	(***)	26,8
DF	50,7	24,5	22,2	2,6	-

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021 (IPEDF)

(***): Estimativa não divulgada por insuficiência de amostra

iniciais. No entanto, dentre essas regiões, apenas Itapoã é caracterizada como de baixa renda, apresentando uma dinâmica diferente das áreas de média-baixa e baixa renda do DF, onde as matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental predominam.

Em 2019, a última etapa da educação básica, o ensino médio, contou mais de 79 mil matrículas distribuídas em 88 escolas estaduais. Surpreendentemente, nove regiões administrativas não possuíam escolas estaduais que oferecessem ensino médio. A proporção de matrículas no ensino médio varia de 4% (Estrutural) a 26%

(Taguatinga) em relação ao total de matrículas da educação básica nas escolas estaduais do DF.

Além das desigualdades na oferta e demanda escolar no DF, foi observada variação na composição das escolas conforme o nível socioeconômico dos alunos em diferentes regiões administrativas. O Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) de 2019, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)³, categoriza as escolas públicas estaduais em sete níveis, do mais baixo (Nível I) ao mais alto (Nível VII). No Gráfico 1, é apresentada a distribuição das escolas de acordo com INSE 2019 e por categoria de renda domiciliar média das regiões administrativas do DF.

Das 534 escolas públicas com o indicador calculado, 360 (67%) são classificadas no Nível V. Essas escolas geralmente abrigam estudantes cujas famílias possuem um conjunto de eletrodomésticos, carro e têm uma faixa educacional que varia do ensino fundamental completo ao ensino superior para os pais, e do ensino médio completo ao superior para as mães. Apesar de predominante, o INSE de nível V é observado junto com o INSE de nível IV em algumas regiões de renda baixa, como Fercal, Itapoã, Estrutural e Paranoá.

O Nível IV refere-se a escolas onde predominam alunos cujas famílias possuem alguns eletrodomésticos e carro, porém a escolaridade dos pais ou responsáveis varia do 5º ano do ensino fundamental ao ensino médio. Esse nível do INSE

Tabela 4 – Número de matrículas em escolas estaduais vinculadas à SEEDF por oferta de etapa de ensino da educação básica - Distrito Federal, 2019

Região administrativa	Total		Anos iniciais		Anos finais		Ensino Médio	
	Esc.	Mat.	Esc.	Mat.	Esc.	Mat.	Esc.	Mat.
Renda alta								
Jardim Botânico	1	389	1	389	0	0	0	0
Lago Sul	3	1.529	1	428	1	695	1	406
Lago Norte	4	1.574	2	294	1	844	1	436
Park Way	3	1.028	3	883	1	145	0	0
Plano Piloto	54	23.169	33	8.381	18	8.792	6	5.996
Sudoeste/Octogonal	1	348	1	348	0	0	0	0
Renda média-alta								
Arnaireira*	3	1.924	2	1.465	1	459	0	0
Candangolândia	4	1.943	2	774	2	709	1	460
Cruzeiro	7	3.209	4	1.129	2	1.096	2	984
Guará**	18	11.144	10	3.619	8	4.412	4	3.113
Núcleo Bandeirante	6	3.553	4	1.227	2	1.257	1	1.069
Sobradinho	21	13.472	15	5.491	6	4.459	4	3.522
Taguatinga	46	29.992	25	10.160	14	10.181	9	9.651
Vicente Pires	2	928	2	928	0	0	0	0
Renda média-baixa								
Ceilândia	87	59.615	57	25.557	27	20.886	13	13.172
Gama	41	23.875	27	8.510	15	8.485	8	6.880
Riacho Fundo	7	5.041	5	2.420	2	1.549	1	1.072
Samambaia	39	28.324	29	13.329	12	9.877	4	5.118
Santa Maria	23	19.052	15	8.280	10	6.753	4	4.019
Sobradinho II	8	4.940	5	2.274	4	1.806	1	860
Renda baixa								
Brazlândia	25	13.171	19	5.253	9	4.944	5	2.974
Fercal	10	2.118	9	1.103	2	871	1	144
Itapoã	4	4.127	2	1.549	2	1.975	1	603
Paranoá	27	15.698	19	6.917	8	5.492	3	3.289
Planaltina	60	30.735	46	13.566	20	11.115	10	6.054
Recanto das Emas	24	20.290	17	8.758	13	7.046	5	4.486
Riacho Fundo II	8	6.802	5	2.897	2	2.787	1	1.118
São Sebastião	21	17.032	15	7.614	6	5.892	1	3.526
SCIA/Estrutural***	5	3.616	5	3.583	1	278	1	225
Sol Nascente/Pôr do Sol*	2	1.206	2	899	1	307	0	0
Varjão	1	744	1	744	0	0	0	0
DF	565	350.413	381	148.124	190	123.112	88	79.177

Fonte: Censo Escolar 2019 (INEP/MEC).

Legenda: Esc= Escolas Mat= Matrículas

* No Censo Escolar de 2019, as escolas localizadas em Arnaireira foram registradas na região administrativa de Águas Claras, enquanto as escolas situadas em Sol Nascente/Pôr do Sol foram registradas na região administrativa de Ceilândia. Para fins de análise, estas escolas foram avaliadas conforme sua localização, levando em conta que, em 2019, ambas as regiões já estavam estabelecidas como áreas administrativas do Distrito Federal.

** No Censo Escolar 2019, a escola EC do SRIA está registrada na região administrativa do SIA. A região do SIA não foi considerada nessa análise e, assim, as informações dessa escola, levando em consideração sua localização, foram agregadas na região administrativa do Guará.

*** No Censo Escolar 2019, a escola CEF 03 da Estrutural está registrada na região administrativa do SIA. A região do SIA não foi considerada nessa análise e, assim, as informações dessa escola, levando em consideração sua localização, foram agregadas na região administrativa do SCIA/Estrutural.

também está presente em escolas de regiões de baixa e média-baixa renda, como Planaltina, Brazlândia, São Sebastião e Sobradinho II, assim como em áreas de alta renda, como Park Way e Lago Norte. Isso sugere que

muitas vezes as escolas em áreas de alta renda recebem alunos de regiões de menor renda, possivelmente devido ao deslocamento de suas famílias para essas regiões onde os responsáveis trabalham.

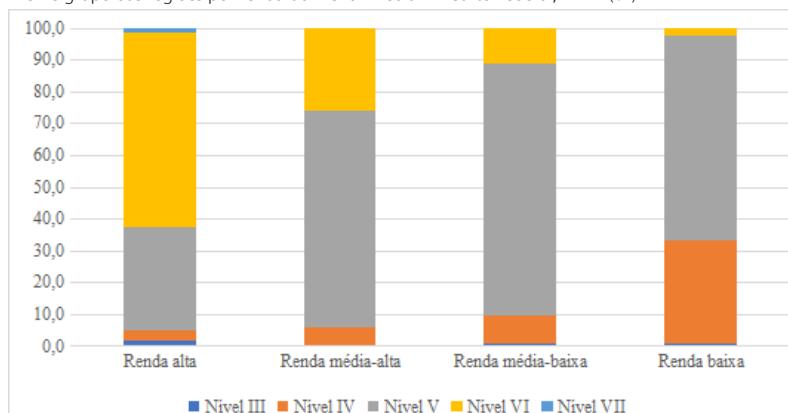
Em 14 regiões administrativas, são observadas escolas com INSE de nível VI, compostas por alunos cujas famílias têm um conjunto maior de eletrodomésticos e mais cômodos, com nível de escolaridade semelhante ao nível V. Em regiões de baixa e média-baixa renda, como Recanto das Emas, Brazlândia, Santa Maria, Samambaia, Ceilândia e Gama, essa presença varia de 1,9% a 15%. Já em áreas de média-alta e alta renda, como Cruzeiro e Plano Piloto, essa presença é de 26,7% a 72%. No entanto, nas regiões do Jardim Botânico e Lago Sul, a maioria das escolas apresentam INSE VI, destacando a homogeneidade socioeconômica dessas áreas, embora poucas escolas tenham tido o indicador calculado.

Além do nível socioeconômico, foi observado por Elaine e Yannoulas (2020) que a infraestrutura das escolas varia significativamente entre as regiões, com escolas em áreas mais pobres apresentando piores condições físicas. Essa disparidade na qualidade das instalações físicas reflete as desigualdades socioeconômicas, afetando diretamente o ambiente de aprendizagem dos alunos.

Outro indicador significativo que destaca as disparidades entre as escolas do Distrito Federal, especialmente no ensino fundamental, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). No caso dos anos iniciais do ensino fundamental, o IDEB alcançou o valor de 5,9 no DF.

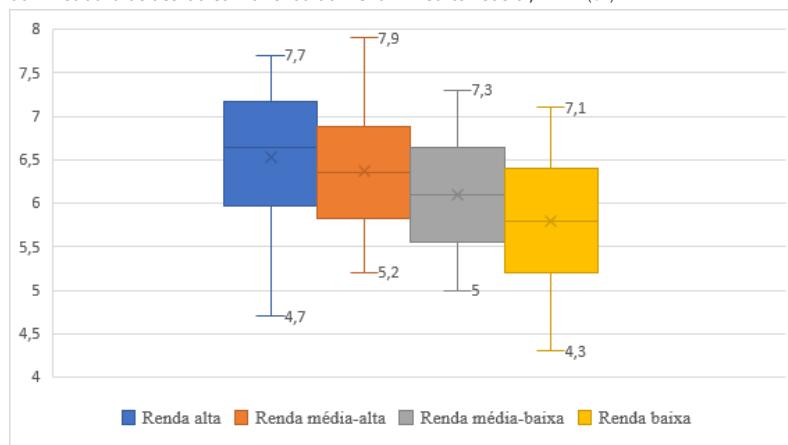
Analizando os dados disponíveis, observa-se uma variação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) entre as escolas deste nível de ensino, com pontuações oscilando entre 4,3 e 7,9. A partir do Gráfico 2, é possível inferir uma correlação entre o IDEB e a situação econômica das regiões administrativas onde as escolas estão situadas. Embora a maior pontuação do IDEB em 2019 tenha sido alcançada por uma escola localizada em Taguatinga, uma região com renda média-alta, é notável que, de modo geral, são nas regiões de renda mais elevada que as escolas obtêm valores mais altos. Em contrapartida, nas escolas situadas em regiões de baixa renda, o desempenho no IDEB tende a ser inferior. Por exemplo, a menor pontuação registrada, de 4,3, corresponde a uma escola na zona rural de Planaltina, uma das regiões mais vulneráveis do Distrito Federal.

Gráfico 1 – Distribuição de escolas públicas estaduais segundo o Indicador de Nível Socioeconômico – INSE e grupo das regiões por renda domiciliar média – Distrito Federal, 2019 (%)



Fonte: Inep/MEC, 2019.

Gráfico 2 – Resultado do Ideb 2019 dos anos iniciais do ensino fundamental por grupo de região administrativa de acordo com a renda domiciliar – Distrito Federal, 2019 (%)



Fonte: Inep/MEC, 2019.

Considerando que o IDEB é um indicador que estabelece metas individuais para cada escola, levando em conta sua situação em 2005 e estabelecendo objetivos específicos para cada edição subsequente, é fundamental não apenas observar a pontuação do IDEB, mas também verificar se essas metas foram alcançadas. Isso proporciona *insights* sobre o esforço e a melhoria da qualidade de ensino em cada instituição.

No contexto dos anos iniciais do ensino fundamental, os dados ressaltam as disparidades existentes entre as escolas, de acordo com a região em que estão situadas. Nas áreas de renda alta e média-alta, aproximadamente 50% das escolas conseguiram atingir as metas estabelecidas pelo IDEB em 2019. Por outro lado, esse percentual diminui para 39% nas regiões de baixa renda e cai ainda mais para apenas 18% nas regiões de renda média-baixa.

Quanto ao Ideb 2019 referente aos anos finais do ensino fundamental, conforme representado no Gráfico 3, os resultados não revelam disparidades tão evidentes como nos anos iniciais, porém ainda apontam para diferenças entre as escolas públicas do Distrito Federal, que variou entre 3,2 e 5,8.

As escolas localizadas em regiões administrativas de renda alta demonstram os melhores resultados, contrastando com aquelas situadas em regiões de renda baixa, que, de maneira geral, apresentam IDEB mais baixo. Em relação às regiões de renda média-alta e média-baixa, o desempenho é muito semelhante; no entanto, é importante notar que mais escolas deste último grupo tiveram o IDEB de 2019 calculado e também registraram valores mais elevados.

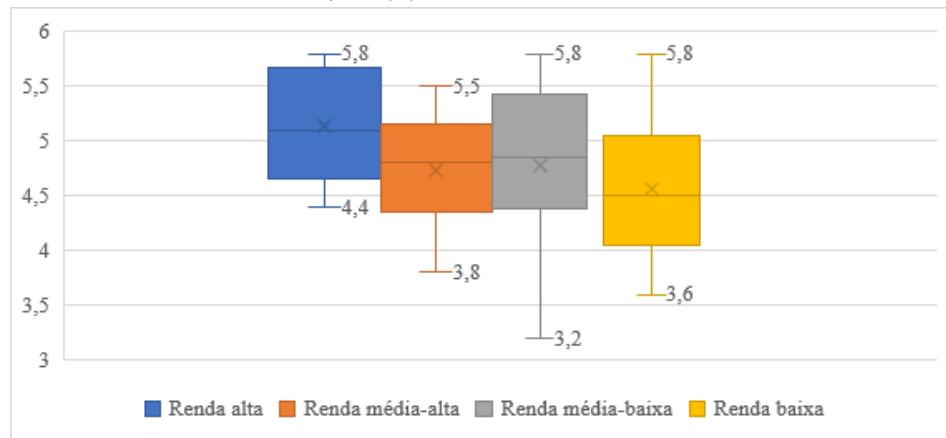
Entre as escolas do Distrito Federal que oferecem os anos finais do ensino fundamental e tiveram o IDEB de 2019 calculado, apenas 36% conseguiram alcançar a projeção estabelecida para esse ano. Ao analisar esse dado em relação à renda domiciliar das regiões administrativas, revela-se um panorama interessante.

Das escolas situadas em regiões de alta renda, somente uma alcançou a meta projetada. Em contrapartida, os percentuais foram mais elevados para as demais categorias: 34% das escolas em regiões de renda média-alta, 54% das escolas em regiões de renda média-baixa e 40% das escolas em regiões de renda baixa atingiram a meta para o IDEB de 2019.

Esse resultado sugere algumas considerações importantes. Primeiramente, as escolas em regiões de alta renda tendem a ter, em geral, um IDEB mais elevado, o que pode indicar dificuldades adicionais em melhorar esse indicador. Por outro lado, nas demais regiões onde o IDEB é menor, os esforços empreendidos pelas escolas têm apresentado resultados positivos. No entanto, é importante ressaltar que, considerando que as metas são estabelecidas individualmente para cada escola, não se pode afirmar que as escolas em regiões de alta renda não estejam empenhadas em melhorar seus resultados. Isso pode indicar que o contexto dessas escolas demanda esforços adicionais ou diferentes dos exigidos nas demais regiões.

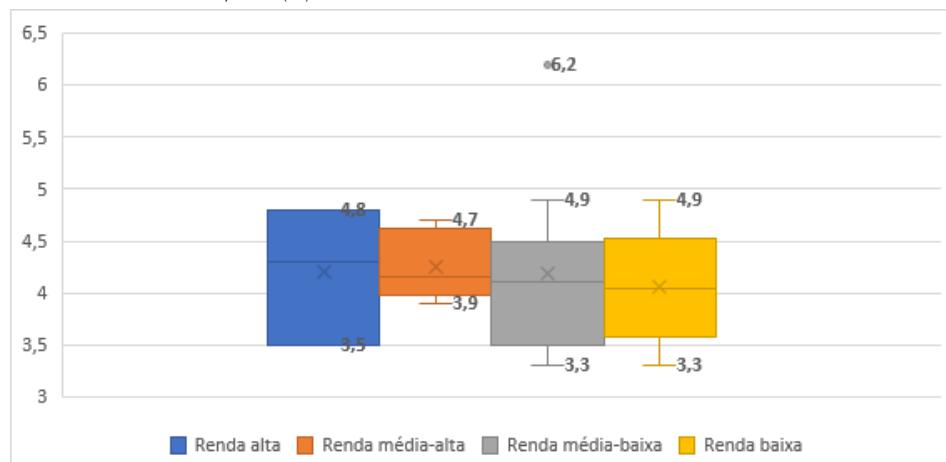
No que diz respeito às escolas públicas estaduais de ensino médio do Distrito Federal, menos da metade teve

Gráfico 3 – Resultado do IDEB 2019 dos anos finais do ensino fundamental por grupo de região administrativa de acordo com a renda domiciliar - Distrito Federal, 2019 (%)



Fonte: Inep/MEC, 2019.

Gráfico 4 – Resultado do IDEB 2019 do ensino médio por grupo de região administrativa de acordo com a renda domiciliar - Distrito Federal, 2019 (%)



Fonte: Inep/MEC, 2019.

o IDEB de 2019 calculado, o que limita a análise comparativa dos resultados. No entanto, os dados disponíveis revelam as dificuldades enfrentadas na oferta de ensino de qualidade nesta etapa educacional.

O IDEB de 2019 variou de 3,3 a 4,9 no Distrito Federal, refletindo um quadro geral de desempenho aquém do desejado. Destaca-se uma escola em uma região de renda média-baixa que se destacou com um IDEB de 6,2, sendo um ponto fora da curva em relação às demais instituições. Trata-se de uma escola que oferta ensino médio integrado à educação profissional na região administrativa do Gama.

Os resultados do IDEB de 2019 indicam que o desempenho no ensino médio é baixo em escolas de todas as regiões administrativas, sem que a renda domiciliar dessas áreas tenha um impacto significativo no desempenho.

O IDEB no Distrito Federal revela uma realidade diversificada nas escolas, especialmente no ensino fundamental, enquanto algumas escolas enfrentam desafios significativos, outras alcançam índices expressivos. A

discrepância na realização das metas do IDEB entre regiões de renda média-alta e média-baixa destaca a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas. No ensino médio, a distribuição dos valores do IDEB também revela desafios, com algumas escolas obtendo excelência enquanto outras lutam para atingir padrões mínimos de qualidade.

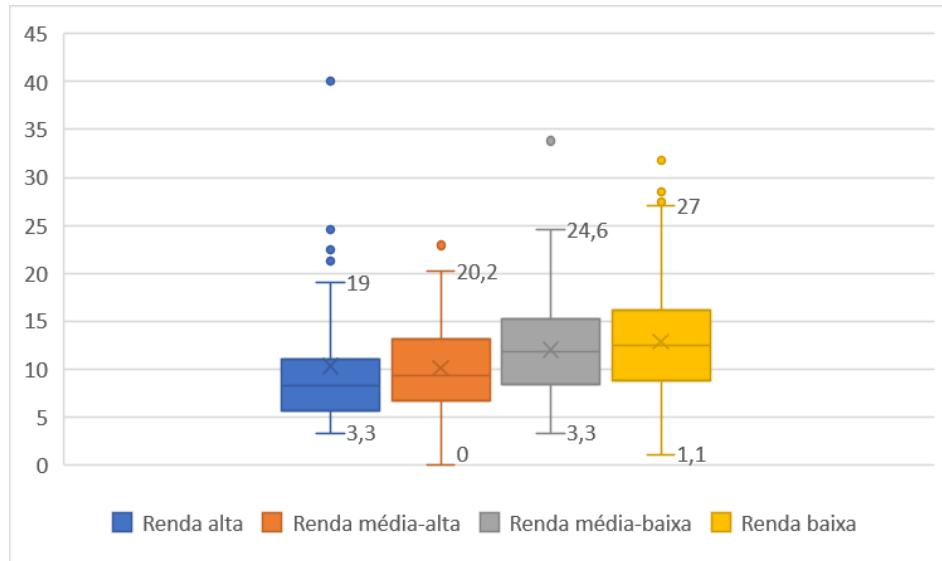
As informações sobre a distorção idade-série, calculadas pelo Inep com base nos dados do Censo Escolar 2019, oferecem *insights* complementares aos dados do IDEB e revelam diferenças em relação à idade adequada dos alunos para cada etapa de ensino. Especificamente nos anos iniciais do ensino fundamental, observa-se, pelo Gráfico 5, que a distorção idade-série tende a variar conforme o grupo de renda domiciliar das regiões administrativas do Distrito Federal.

Nas regiões de renda alta, a taxa de distorção idade-série oscila entre 3,3 e 19, com a maioria das escolas mantendo-se próximo a uma taxa média de 10,0. Já nas áreas de renda média-alta, essa variação se estende de 3,3 a 20,2, sendo que um número considerável de escolas apresenta taxas de distorção acima de 10,0.

Em contrapartida, nas regiões de renda média-baixa, embora a variação possa chegar a 24,6, muitas escolas já evidenciam uma distorção de idade-série nos anos iniciais entre 10,0 e 15,0. Por fim, nas escolas localizadas em áreas de renda baixa, a distorção varia de 1,1 a 27,0, sendo que a maioria dessas instituições registra níveis mais elevados de distorção, especialmente entre 10,0 e acima de 15,0.

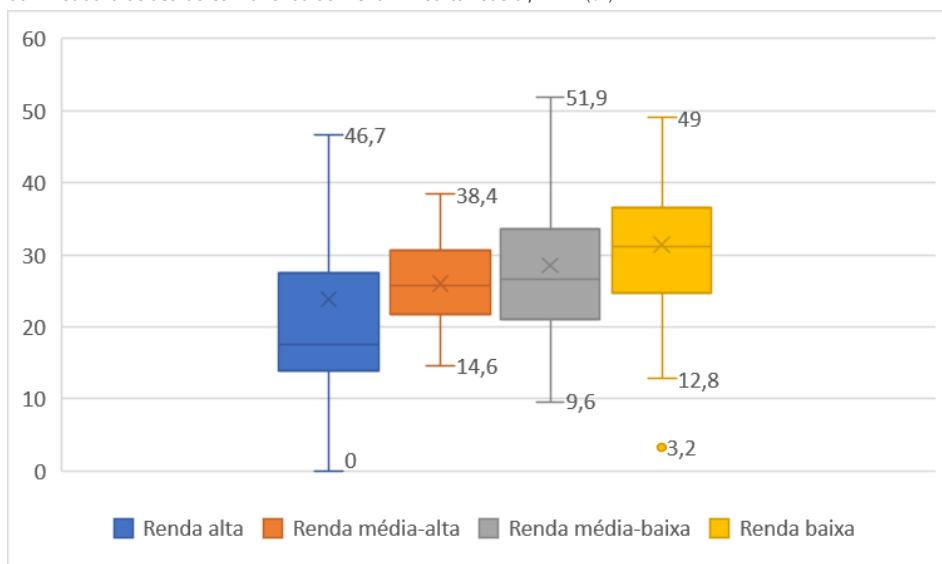
As escolas do DF que oferecem o ensino fundamental enfrentam desafios significativos quando se trata de manter os alunos nas turmas adequadas para sua etapa de aprendizado. Isso significa que elas têm que lidar com

Gráfico 5 – Taxa de distorção idade-série dos anos iniciais do ensino fundamental por escola e por grupo de Região Administrativa de acordo com a renda domiciliar – Distrito Federal, 2019 (%)



Fonte: Inep/MEC, 2019.

Gráfico 6 – Taxa de distorção idade-série dos anos finais do ensino fundamental por escola e por grupo de região administrativa de acordo com a renda domiciliar - Distrito Federal, 2019 (%)



Fonte: Inep/MEC, 2019.

um número considerável de estudantes que já foram reprovados e estão fora da faixa etária esperada. Essa situação se torna ainda mais complicada dependendo da situação socioeconômica da região onde a escola está localizada.

Conforme o Gráfico 6, em áreas de alta renda, a taxa de alunos com defasagem na série varia de 0 a 46,7. Entretanto, a maioria das escolas apresenta taxas entre 10,0 e 30,0. Nas regiões de renda média-alta, a variação é menor, com taxas entre 14,6 e 38,4. No entanto, a maioria das escolas nessa categoria já ultrapassa as taxas observadas em áreas de alta renda, ficando entre 20,0 e 30,0.

Nas escolas localizadas em regiões de renda média-baixa, a variação também é considerável, oscilando entre 9,6 e 51,9, e as taxas de defasagem idade-série entre 20,0 e 30,0 são predominantes. Por fim, nas áreas de renda baixa, onde as taxas variam de 12,8 a 49,0, mais da metade das escolas apresentam taxas superiores a 30,0.

No ensino médio, a incidência de alunos com distorção idade-série é preocupante e, semelhante ao ensino fundamental, ela varia conforme a região administrativa onde a escola está situada (Gráfico 7). Em áreas de alta renda, a taxa varia de 11,9 a 42,9, com a maioria das escolas concentrando-se entre 20,0 e 40,0. Nas regiões de renda média-alta, a variação fica entre 16 e 45,2. No entanto, a maioria das escolas mantém taxas entre 20,0 e 30,0, um pouco menor do que nas áreas de alta renda.

Já nas escolas localizadas em regiões de renda média-baixa, a situação é semelhante à categoria anterior, com escolas concentradas na faixa de 18,9 a 43,5. Nas regiões de renda baixa, a diferença é ainda mais evidente, com variação entre 19,5 e 58,0. As taxas entre 30,0 e 40,0 são as mais frequentes entre as escolas nessa categoria.

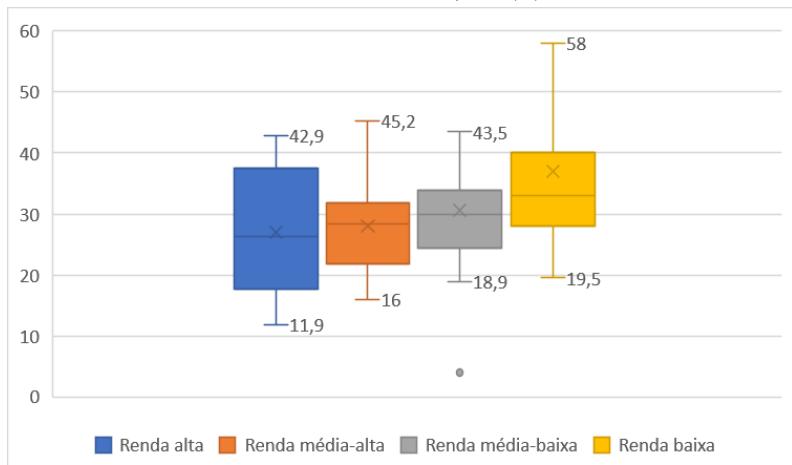
Considerações finais

A análise das disparidades educacionais no Distrito Federal revela que essas desigualdades não se restringem apenas ao acesso à educação, mas também refletem as diferenças socioeconômicas entre as diversas regiões administrativas. Tanto os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) quanto os do Censo Escolar fornecem uma visão dessa complexa realidade.

Desde a fundação de Brasília, a capital foi planejada para ser um símbolo de modernidade e desenvolvimento, mas a realidade demográfica e urbana divergiu significativamente dos planos originais. O crescimento populacional e a dispersão socioespacial resultaram em um território fragmentado, onde as desigualdades são evidentes tanto na distribuição de renda quanto no acesso a serviços e oportunidades.

As regiões centrais, como o Plano Piloto e áreas adjacentes, concentram as maiores rendas e possuem infraestrutura de maior qualidade. Em contraste, as regiões periféricas, muitas vezes resultantes de ocupações irregulares e políticas habitacionais voltadas para populações de baixa renda, enfrentam desafios significativos em termos de infraestrutura, segurança e acesso a serviços essenciais. Essas disparidades impactam diretamente o cenário educacional, refletindo-se em indicadores

Gráfico 7 – Taxa de distorção idade-série do ensino médio por escola e por grupo de região administrativa de acordo com a renda domiciliar - Distrito Federal, 2019 (%)



Fonte: Inep/MEC, 2019.

como a distorção idade-série e os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

As desigualdades marcantes no Distrito Federal remetem a estudos que buscam compreender como as características do território podem impactar o desenvolvimento dos indivíduos e o acesso às oportunidades educacionais.

A teoria do efeito de vizinhança sugere que, no aspecto educacional, o contexto do bairro onde o aluno reside e da escola onde estuda pode influenciar seus resultados escolares e trajetória acadêmica. Embora haja evidências de disparidades educacionais entre as escolas das regiões administrativas no Distrito Federal, ainda não está claro se o efeito de vizinhança contribui para essas diferenças.

É importante investigar como os fatores locais influenciam o desempenho acadêmico dos alunos. Para isso, é relevante a realização de estudos que explorem o papel do efeito de vizinhança no desempenho escolar, levando em conta as informações analisadas neste estudo, bem como outras variáveis contextuais.

As condições socioeconômicas das diferentes regiões administrativas parecem exercer uma influência sobre o desempenho acadêmico dos alunos, perpetuando desigualdades e limitando oportunidades de ascensão social. Cada informação analisada, desde as disparidades de renda até os indicadores educacionais, pode auxiliar a investigação sob a perspectiva do efeito de vizinhança, demonstrando como a infraestrutura, os recursos educacionais e as condições de vida impactam diretamente o desenvolvimento e as oportunidades dos estudantes.

Em conclusão, o Distrito Federal apresenta um cenário complexo de desigualdades que exige uma abordagem diversificada e integrada. Compreender e abordar o efeito de vizinhança pode direcionar políticas que contribuam para que a população do DF tenha acesso a uma educação de qualidade e melhores condições de vida.

Notas

- ¹ A análise dos resultados da PDAD 2021 apresenta uma lacuna significativa ao não desagregar as informações por idade, especialmente considerando a faixa etária de 4 a 24 anos. É importante ressaltar que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a obrigatoriedade educacional abrange o período dos 4 aos 17 anos. Portanto, ao agrupar os dados em uma faixa etária mais ampla, pode-se obscurecer as disparidades na frequência escolar da população dentro do intervalo obrigatório de idade.
- ² As duas escolas estaduais militares vinculadas à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal não foram consideradas na análise por apresentarem características mais próximas a instituições privadas.
- ³ Nota Técnica INSE. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/nivel-socioeconomico>. Acesso em: 20 out. 2024.

Referências

- CABRAL, E. de A.; YANNOULAS, S. C. A segregação socioeducacional no Distrito Federal do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, e260069, p. 1-26, 2021.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 4 nov. 2024.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicador de Nível Socioeconômico do Saeb 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/nivel-socioeconomico>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- IPEDF. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2021-3/>. Acesso em: 15 nov. 2024.
- IPEDF. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. **Índice de Gini e outros indicadores socioeconômicos do Distrito Federal**. Disponível em: <https://infodf.ipe.df.gov.br/indice-de-gini-brasil-e-df>. Acesso em: 7 out. 2024.
- PAVIANI, A. Área Metropolitana de Brasília a integrar: o desafio do desemprego e da descentralização de atividades. In: Vasconcelos, A. M. N. et al. (Orgs.). **Território e Sociedade**: as múltiplas faces da Brasília Metropolitana. Universidade de Brasília: 2019, p. 47-58.
- PELUSO, M. L., CIDADE, L. C. F. Resíduos sólidos e gestão das desigualdades na Brasília metropolitana. In: VASCONCELOS, A. M. N et al. (Orgs.). **Território e Sociedade**: as múltiplas faces da Brasília Metropolitana. Brasília: Editora UnB, 2019, p. 47-58.
- PEREIRA, E. W., TAUNAY, M. P. Uma trilogia da história da educação do Distrito Federal. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 1, p. 60-66, 2020.
- RIBEIRO, R. J. C., HOLANDA, F. A.; Métropole de Brasília na rede urbana brasileira e configuração interna. In: RIBEIRO, R. J. C et al. (Orgs.). **Brasília**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 35-63.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Universidade de São Paulo, 2008.
- VASCONCELOS, A. M. N., FERREIRA, I. C. B., MACIEL, S. B., GOMES, M. M. F., CATALÃO, I. de F. **Da utopia à realidade**: uma análise dos fluxos migratórios para o Aglomerado Urbano de Brasília. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP XV*, Caxambu- MG, 2006.